



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Força contrária

Adversários do ex-governador José Roberto Arruda têm trabalhado fortemente nos bastidores para impedir a aprovação no Senado do projeto que estabelece uma pena máxima de oito anos de inelegibilidade para casos de condenação judicial. Aprovada na Câmara, a matéria já foi pautada três vezes para votação no plenário, mas sempre enfrenta resistências. O projeto foi proposto pela deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-deputado Eduardo Cunha — que também pode ser beneficiado. O texto foi aprovado na Câmara, e tem relatório favorável do senador Weverton (PDT-MA).

Eleição depois de 20 anos

Embora esteja afastado diretamente das eleições, Arruda — caso retome a elegibilidade — pode dividir a direita se for candidato a governador. Será, no entanto, a primeira eleição em 20 anos. A última vez que ele concorreu foi em 2006, quando se elegeu governador no primeiro turno. O mandato foi interrompido pela Operação Caixa de Pandora. “Não sei se vou ter condições de voltar a ser candidato. Hoje não penso em retornar à vida pública. Mas se fosse o caso, seria para deputado federal. Depois de 15 anos fora não seria o caso de disputar nenhuma eleição majoritária. Política tem fila. Quem sai tem que voltar ao fim da fila”, disse Arruda à coluna.

Arquivo pessoal



225 desaparecidos por dia

Hoje — 30 de agosto — é o Dia Internacional das Pessoas Desaparecidas. Uma triste realidade para milhares de famílias. No Brasil, segundo o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2024 foram registrados 81.873 desaparecimentos. São cerca de 225 ocorrências por dia. O perfil predominante é de crianças e adolescentes, principalmente do sexo masculino, entre 12 e 17 anos. No Distrito Federal, de acordo com o Mapa da Segurança Pública 2025, os maiores registros de desaparecimento no último ano foram de homens adultos, entre 31 e 50 anos. Entre as pessoas que desapareceram e foram localizadas em 2024, a maioria (26,7%) foi encontrada em até 24 horas. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) atua em duas frentes: na localização dessas pessoas e no apoio às famílias. O trabalho é coordenado pelo Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do MPDFT.

Maurenilson Freire



Trabalho em rede

Uma ação integrada criada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid) foi criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e está em operação no DF por meio do MPDFT. Pelo programa, há a consolidação de dados de diferentes instituições e o cruzamento de informações para apoiar a localização de desaparecidos e a identificação de pessoas sem registro civil ou documentos. A base de dados é alimentada com informações de boletins de ocorrência, cadastros socioassistenciais, registros hospitalares e outros sistemas públicos. O trabalho em rede é fundamental.

Divulgação



Fundo para pequenos negócios inovadores

O Sebrae criou o maior fundo para pequenos negócios inovadores da América Latina. O FIC FIP Sebrae Germina é um fundo pioneiro que alavancará R\$ 500 milhões até 2026, com recursos do Sistema Sebrae. A estratégia permitirá, pela primeira vez, que o Sebrae invista em fundos de participação societária (FIPs) especializados. O gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Valdir Oliveira, ressalta que o fundo foi criado para reverter a escassez de financiamento do ecossistema brasileiro de inovação. “Esse lançamento traz muita esperança para o mercado da inovação e mostra que o Sebrae está pronto para grandes desafios quando o assunto é amparar os pequenos negócios”, afirma. O fundo terá gestão do BTG Pactual Asset Management, que foi representando pelo sócio do BTG PACTUAL, Bernardo Guimarães. O anúncio foi feito durante o Startup Summit, realizado nesta semana.

Cobrança devida

Para quem acha abusivo ter de comprar sacolas no supermercado para carregar as compras, saiba que o estabelecimento tem liberdade para cobrar. Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou norma do Estado da Paraíba que obrigava supermercados e estabelecimentos comerciais similares a fornecer gratuitamente sacolas ou embalagens aos clientes.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Aposta

Comentário do procurador da República Hélio Telho, no X: “Façam suas apostas: qual tribunal vai anular a Operação Carbono Oculto? Qual a desculpa da vez?”

“Não há crime em São Paulo que o Governo do Estado não esteja disposto a enfrentar. Hoje (quinta-feira) deflagramos a maior operação da história contra o crime organizado no setor de combustíveis”

Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos)

“Apesar de Tarcísio querer os créditos pela operação contra a presença do PCC na Faria Lima, ela foi liderada pela Polícia Federal, não pela Polícia de SP”

Deputado federal Erika Hilton (PSol-SP)



SÓ PAPOS



Pablo Jacob/Governo do Estado de SP



Zeca Ribeiro/Câmara e Reprodução/redes sociais

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | PAULO TAVARES | PRESIDENTE DO SINDICOMBUSTÍVEL-DF

Representante dos donos de postos de combustíveis disse que grandes diferenças no preço da gasolina são “alerta claro” de práticas ilegais. Operação Carbono Oculto da PF desvendou esquema que sonegou R\$ 30 bilhões por ano no país

Fraudes se aproximam do Entorno

» NATHÁLIA QUEIROZ

Os jornalistas Adriana Bernardes e Roberto Fonseca receberam ontem, no CB.Agro — parceria entre o Correio e a TV Brasília, o presidente do Sindicombustível-DF, Paulo Tavares, para falar sobre os desdobramentos da Operação Carbono Oculto, que investiga a participação do PCC, o Primeiro Comando da Capital, em fraudes no setor de combustíveis. Segundo o entrevistado, sinais de irregularidades são perceptíveis no Entorno de Brasília, principalmente em postos que praticam preços muito abaixo da média de mercado.

No Brasil, não se fala em outra coisa a não ser sobre Operação Carbono Oculto, que apura fraudes, lavagem de dinheiro e ligação do PCC com um esquema de combustíveis. Você acredita que esse escândalo chega ao Distrito Federal e ao Entorno?

No Entorno, com certeza vai chegar. Eu tenho alertado isso há tempos. Essa é uma pauta importante da nossa federação e há muito tempo a gente discute isso. Desde ontem, estamos discutindo essa pauta na nossa federação. O Instituto Combustível Legal (ICL) já alertava sobre isso, sobre essas diferenças de preços, quando você vê alguns empreendimentos que surgem do nada, com preços em que a conta não fecha. Ontem, inclusive,

nesta operação, a base Senador Cenedo, que fica em Goiânia (GO), foi fechada para investigação e levantamento de informações. É claro que a operação minou, principalmente São Paulo, porque a Copap, que é uma das distribuidoras, era a quarta do Brasil, já estava fechada há sete meses. Fechada por fraudes e envolvida nessas investigações que estão na lista. E, obviamente, para coletar informações. Porque as denúncias sempre vêm através de preços que não combinam com o mercado. Eu sempre digo que é muito fácil fazer a conta.

De que forma o consumidor é afetado por esse tipo de esquema na prática?

Primeira coisa, quando você es-

Carlos Vieira/CB



tá abastecendo num conglomerado desse, com impostos que sonegados — nós estamos falando de R\$ 30 bilhões por ano no Brasil de sonegação de impostos — você está tirando recursos dos estados, da União, dinheiro que deveria ser revertido em prol da sociedade. Segundo ponto, levando recursos

para o crime organizado. Nós estamos fomentando o crime organizado. Foram 30 bilhões de movimentações em três anos. Nós estamos discutindo agora sobre R\$ 1 bilhão e R\$ 200 milhões de dinheiro parado. Não é dinheiro aplicado, dinheiro simplesmente parado. São cifras gigantescas que você está



Assista à entrevista completa

levando para o crime organizado. Foi o que a operação deflagrou. E, através desse recurso, começou a comprar e agiotar as pessoas. Eles entraram em toda a cadeia.

Como o consumidor pode saber que tipo de posto é esse? Porque na investigação aparece a pessoa jurídica, não se sabe a bandeira. Está espalhado por todas as bandeiras dos postos de gasolina ou não? É uma rede específica?

Eu sei que essa questão de bandeira é uma questão delicada no nosso setor, a gente preserva porque o posto, bandeirado ou não, que é o chamado “posto marca própria”, na maioria absoluta, é lícito, correto. Nós estamos falando de 43 mil postos pelo Brasil e, por enquanto, são 800 postos envolvidos. Mas sempre quando você tem um posto, basta um. Por

exemplo, no Distrito Federal, nós temos 364 postos, basta um posto fazer um preço completamente irregular que derruba todo o mercado. Então, a primeira coisa que eu vou falar é o mesmo que o Emerson Kapaz, que é o maior conhecedor do setor, do Instituto Combustível Legal (ICL): se você vir um posto com diferença de preço da maioria dos postos, de 80 centavos, até um real, já pode desconfiar. Porque ele está muito maior do que a margem que o posto de gasolina tem. Eu sempre falo isso. De vez em quando, a gente vê alguns políticos ficarem aí defendendo. E aí começa um monte de gente abastecendo nesse posto. Ele pode estar fomentando o crime organizado. E aí, será que esse político está envolvido ou não? Essa é a minha preocupação.

Em relação ao preço do etanol, o senhor não vê redução no valor nos próximos meses?

Eu não vejo em cima de números. O que os usineiros vêm alertando é que a safra vai acabar. O que sobriaria de safra vai ser consumido devido a esse aumento de 3% da mistura da gasolina no anidro.